O FUTURO DA AGRICULTURA NACIONAL ESTÁ NO PLANO ABC+

FABIANA VILLA ALVES

Diretora do Departamento de Produção Sustentável e Irrigação da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DEPROS/SDI/MAPA)

Da Redação

HÁ MUITOS anos, o Brasil mostra protagonismo nos temas ambientais e climáticos das atividades agropecuárias. O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) foi estabelecido em 2010. Os resultados alcançados até 2020 causaram surpresa positiva, tendo em vista o seu ineditismo à época. A zootecnista Fabiana Villa Alves, do MAPA, conta os pormenores dessa evolução até os dias atuais. Isso serviu de referência para a imagem do Brasil no exterior. Neste momento, a expectativa volta-se para o Plano ABC+, focado no ciclo de 2021 a 2030, com novas metas e tecnologias sustentáveis para traçar o futuro da agricultura nacional.

AGROANALYSIS: DE ONDE VEM A HISTÓRIA DO PLANO ABC?

FABIANA VILLA ALVES: Em junho de 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro (Rio-92), 179 países assinaram um tratado ambiental internacional para estabilizar a concentração de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera. Depois, em 1995, realizou-se a primeira Conferência das Partes (COP-1, na sigla em inglês), órgão supremo para a tomada de decisões das reuniões anuais da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, também em inglês).

Na COP-15, em 2009, realizada em Copenhague, na Dinamarca, o Brasil assumiu o compromisso voluntário de redução das suas emissões de GEE, mediante Ações Nacionalmente Apropriadas de Mitigação (NAMAs, na sigla em inglês). Com esse ato, o Brasil oficializou o compromisso de reduzir entre 36,1% e 38,9% dos GEE, considerando todos os setores da economia, com mitigação de 1 bilhão de toneladas de CO_2 eq. para o período de 2010 a 2020.

QUANDO SURGEM AS SINALIZAÇÕES DO BRASIL FRENTE AO CONTEXTO MUNDIAL?

FVA: Pela Lei nº 12.187/09, o governo brasileiro instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), e, a seguir, o MAPA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elaboraram o Plano ABC. Assim, no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2010/11, apareceu a linha de crédito Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC), cujas tecnologias a serem introduzidas tiveram de superar duas barreiras: os poucos



DIVULGAÇÃO

recursos disponíveis para financiamentos e a quebra de paradigmas existentes no setor produtivo.

Foi necessário um período inicial de aprendizado entre os proprietários, os prestadores de serviços, os colaboradores e, sobretudo, os gestores públicos para que se familiarizassem com essas práticas. Esses movimentos de tantos riscos na produção de alimentos mostram o protagonismo brasileiro nos temas ambientais e climáticos. Mais do que a mitigação relacionada às causas das mudanças climáticas e a adaptação para minimizar seus impactos, falávamos em segurança alimentar!

O PLANO ABC FOI DIFÍCIL DE DESLANCHAR POR CAUSA DE VISÕES ERRADAS?

FVA: Voluntárias, as metas fixadas para o Plano ABC foram consideradas arrojadas e desafiadoras para o padrão

tecnológico vigente na época. Mas era para ter sido o contrário, porque os seus pressupostos de construção baseavam-se na melhor ciência então disponível. Isso mostrava o quanto de tecnologias sustentáveis tínhamos à disposição. A intenção estava voltada, justamente, para mostrar com números os potenciais do setor agropecuário para mitigar os GEE, sem alterar, porém, a produtividade.

De qualquer forma, a importância da descarbonização nos processos de produção sofria certa descrença. Mal sabíamos da imensa capacidade de se incorporar CO_2 na biomassa vegetal e na estrutura dos solos brasileiros. Como as dúvidas superavam as certezas, o Plano ABC levou um tempo para decolar. Os resultados concretizaram-se a passos lentos e traziam esperança. Com um país de dimensões amplas e continentais, atravessadas por seis biomas de traços distintos, não foi fácil "fazer pegar" um Plano nacional.

POR QUE OS RESULTADOS MELHORARAM?

FVA: Após cerca de três anos de lançamento, o Plano ABC começou a ganhar força e confiança. Os produtores foram percebendo o efeito positivo de utilizar os seus sistemas produtivos e as tecnologias para expandir a área de implantação. O contexto mundial também se modificava. Em 2015, na COP-21 (na França), o Acordo de Paris estabeleceu a meta para manter o aumento da temperatura do Planeta em 1,5 °C, a fim de que o aquecimento global não ultrapassasse 2 °C. O Brasil negociou a sua Contribuição Nacionalmente Determinada pretendida (iNDC), depois ratificada na COP-22, de 2016, em Marrakech, no Marrocos.

Para essas metas serem alcançadas, os países assumiram o compromisso de fazer sua parte. Era a hora dos sistemas sustentáveis do Plano ABC mostrarem uma agropecuária mais produtiva e rentável. Assim, percebeu-se que fazíamos parte da solução no balanço de GEE. Os estados e o Distrito Federal foram incentivados a criar grupos de gestores para a política pública aplicar essas práticas às realidades locais, com capacidade técnico-operativa, de acordo com a aptidão de produção das Unidades Federativas.

COMO FORAM INCORPORADAS AS AÇÕES DO PLANO ABC+, COM FOCO NO CICLO DE 2021 A 2030?

FVA: Havia a necessidade de fazer uma reformulação profunda de algo pensado e estabelecido há uma década, em outro contexto mundial. Isso exigiu um extenso período de análise das estratégias e dos resultados até então alcançados. Com olhar atencioso para as lições aprendidas, bem como para os novos compromissos pactuados, tivemos de atualizar as bases conceituais das tecnologias do sistema escolhido para compor a política pública. Assim, juntamos indicadores nacionais referentes a fatores de mitigação e adaptação estabelecidos pela pesquisa agropecuária nacional.

Esses índices refletem as nossas particularidades em termos de condições edafoclimáticas. O novo Código Florestal trouxe a base jurídica para fortalecer a adoção das práticas de conservação e recuperação ambientais, associadas às práticas agrícolas sustentáveis de baixa emissão de carbono. O conceito de abordagem integrada da paisagem (AIP), muito difundido na área ambiental, foi incorporado ao lema do ABC+: "Conservar e produzir é possível".

> **"ERA A HORA DOS SISTEMAS SUSTENTÁVEIS DO PLANO ABC MOSTRAREM UMA AGROPECUÁRIA MAIS PRODUTIVA E RENTÁVEL."**

QUAIS METAS FORAM DEFINIDAS PARA 2030?

FVA: Em abril de 2021, tivemos o lançamento do ABC+, voltado para o ciclo de 2021 a 2030. As metas fixadas mostram o potencial acima da expectativa do setor rural brasileiro para aplainar os efeitos deletérios das mudanças climáticas. Além das seis tecnologias da primeira fase, houve a incorporação de duas novas: terminação intensiva de bovinos e sistemas irrigados. Um robusto sistema de governança de dados e informações foi estruturado para o recebimento dos dados oriundos da Plataforma Multi-institucional de Monitoramento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Plataforma ABC) – fatores de emissão/remoção –, do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor) – financiamento – e do Sistema de Governança do Plano ABC (SIGABC) – metas estaduais. Os Grupos de Gestores Estaduais (GEE) foram reativados e orientados para organizar os Planos de Ação Estadual (PAE).

Com a ampliação geral em termos de tecnologia, estima-se mitigar a emissão de mais de 1 bilhão de toneladas de CO_2 eq. Além de descarbonizar as cadeias produtivas e aumentar a conservação dos recursos naturais, o ABC+ promoverá uma maior adaptação das culturas e das comunidades aos efeitos negativos das mudanças climáticas.

COMO COMPARAR AS EMISSÕES DO BRASIL E DO MUNDO?

FVA: Entre os quinze países mais emissores do mundo, o Brasil responde,

na 14ª posição, por apenas 1,26% das emissões globais, com o equivalente a 478,15 milhões de toneladas de CO_2. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês), 78% das emissões de GEE resultaram de queima de combustíveis fósseis e de processos industriais e 22% de atividades do homem (emissões antrópicas) nas últimas três décadas. Enquanto 10% vieram da produção de alimentos, o restante refere-se à mudança no uso da terra, como por meio do desmatamento.

Infelizmente, para o setor agropecuário, as métricas utilizadas não contabilizam a remoção de CO_2 do setor. Isso nos prejudica dos pontos de vista conceitual e prático. Os serviços ambientais e ecossistêmicos poderiam ser computados para a agropecuária como responsáveis pela descarbonização. As emissões do setor de agricultura, florestas e uso do solo (AFOLU, na sigla em inglês) representam apenas 0,5% das emissões globais, com o Brasil entre os países de maior emissão.

O PROCESSO DE PRODUÇÃO E O SERVIÇO AMBIENTAL IMPACTAM A IMAGEM DO AGRO?

FVA: Muito. Nos últimos anos, a sociedade passou a ter mais acesso a informação, seja certa ou errada, e nos cobrar mais. Sempre trazemos como premissa para qualquer política pública que a sustentabilidade da agropecuária exerce um papel essencial no desenvolvimento de um modelo de crescimento justo e equânime para o Brasil. O primeiro Plano ABC teve resultados bastante positivos e se tornou uma referência internacional de política pública, apontando para um período de grande evolução da agropecuária tropical. As medidas utilizadas deixaram evidentes a relevância de se aplicar ciência e tecnologia aos sistemas produtivos. Isso ficou bem demonstrado nos resultados levados à COP-26, de 2021, em Glasgow, na Escócia, o que deverá se repetir na COP-27, em Sharm El-Sheikh, no Egito, neste ano.

> **"...JUNTAMOS INDICADORES NACIONAIS REFERENTES A FATORES DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ESTABELECIDOS PELA PESQUISA AGROPECUÁRIA NACIONAL."**

Com ciência, tecnologia e inovação, o ABC+ servirá para o País aproximar-se dos almejados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Temos de comunicar os nossos esforços para cumprir os compromissos assumidos na COP-26, em especial para desestimular o avanço sobre áreas vegetadas e intensificar o uso de áreas já antropizadas. Precisamos "furar a bolha" e mostrar para a sociedade em geral que o agro, ao invés de vilão, é parte da solução.

O PLANO ABC+ ESTÁ PRONTO PARA DECOLAR?

FVA: Carregamos a experiência e o aprendizado de olhar a agropecuária nacional no contexto do desenvolvimento sustentável como parte da solução para enfrentar o desafio das mudanças climáticas e do aquecimento global. No Brasil, a agricultura sustentável alia o processo de produção ao serviço ambiental executado pelos produtores rurais para protegerem suas áreas de mata nativa. Garantir produtividade, diminuir riscos de perdas decorrentes de eventos climáticos e agregar valor ao produto são os principais objetivos para 2030.

A imagem do País está associada a melhores caminhos quando a opinião pública toma conhecimento das questões ligadas à sustentabilidade e de exigências ambientais. O ABC+ traz soluções poupa-floresta e poupa-terra. Precisamos de técnicos capacitados e empresas privadas engajadas em trazer avanços consideráveis em termos de transição para a economia descarbonizada. O ABC+ é uma política de Estado e traz lastro para mitigadoras e adaptadoras. Os dados comprovam que desenvolvemos uma agricultura baseada em ciência. ■

METAS PARA O PLANO ABC+

TECNOLOGIAS	Metas
PRPD[1]	30,0 milhões de hectares
SPD[2]	12,5 milhões de hectares
iLPF[3]	10,1 milhões de hectares
FP[4]	4,0 milhões de hectares
BI[5]	13,0 milhões de hectares
MRPA[6]	208,4 milhões de metros cúbicos
SI[7]	3,0 milhões de hectares
TI[8]	5 milhões de cabeças

1 Práticas para Recuperação de Pastagens Degradadas; 2 Sistema Plantio Direto, tanto de grãos (SPDg), quanto de hortaliças (SPDh); 3 Sistemas integrados, tanto do tipo Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), quanto agroflorestais (SAF); 4 Florestas plantadas; 5 Bioinsumos (incluindo fixação biológica de nitrogênio – FBN – e outros microrganismos); 6 Manejo de resíduos da produção agropecuária; 7 Sistemas irrigados; 8 Terminação intensiva